

# Operação Ensaio: Por uma estética da resistência

Operation Essay: For an aesthetics of resistance

**Dailza Pineda**<sup>1</sup>

Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

---

## RESUMO

Este artigo esboça uma relação possível entre as ideias de resistência, ética e estética contidas na obra Foucaultiana. Isto, para pensar as potencialidades do exercício da pesquisa acadêmica vinculada ao contexto social em que se insere. Pretendia utilizar-me do ensaio como modo discursivo que privilegia a invenção, o inusitado, ou melhor, o pensar que não é prévio, mas que se faz no ato mesmo da escrita. Entendi este ensaio, portanto, como experiência – oportunidade de descobrir este novo gênero e, ao mesmo tempo, de me aventurar por ele.

**Palavras-chave:** Relações de Poder; Resistência; Ética; Ensaio

---

## ABSTRACT

This article outlines a possible relationship among the ideas of resistance, aesthetics and ethics in the Foucault's work, thinking the potential of the academic research related to the social context in which it belongs. I intend to use the essay focusing on discursive invention, the unusual, or better, the thinking that is not prior, but it is even in the act of writing. I believe this essay, therefore, as experience - the opportunity to discover this new genre.

**Key-words:** Power; Resistance; Ethics; Essay

---

## 1. Para começar...

*As 'artes da existência' devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo.*

(Foucault, 1983/2006b, p.198-199).

Para começar, assinalarei este gênero discursivo em que me insiro e que intitula o presente trabalho: o ensaio como operação. Este poderia ter sido um texto como tantos outros que escrevi ao longo destes anos de graduação e agora pós-graduação, mas por opção metodológica resolvo fazer dele ensaio. Talvez pelos efeitos de um curso<sup>2</sup> que me deixou curiosa, disposta a arriscar, a aprender, enfim, a ensaiar-me.

Como não poderia deixar de ser, influenciada pelo o texto "A Operação Ensaio – sobre o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida" de Jorge Larrosa, que produziu certo fio para percorrermos ao longo destes meses e do qual, neste momento, me permito destacar alguns pontos que me foram essenciais, sobretudo, no que diz respeito à ideia Foucaultiana de resistência. A meu ver, conceito-chave para a problematização do presente e para pensar a própria escrita, culminando na (e, por meio da) configuração de uma estética – com a proposta de pensar a resistência como arte, ou ainda, como possibilidade de invenção dos modos de vida.

O ensaio é entendido como exercício do pensamento, como experimentação, enfim, como atitude daquele que escolhe debruçar-se sobre um problema do e no presente, daquele que escolhe escrever em primeira pessoa. Se quiserem, é uma experiência como aquelas tantas que constituem nossas vidas e que de início não sabemos onde iam dar; neste sentido, é um exercício de invenção e de autoria.

Larrosa (2004) insiste ser o ensaio uma "des-realização do presente", ou seja, questionamento, enfrentamento, estranhamento do que de tão enraizado em nossas práticas atuais nos parece legítimo e natural. O ensaio é, pois, resistência, crítica, ética; nas palavras de Foucault (Em: Larrosa, 2004 p. 41), "exercício de si, no pensamento".

## 2. A resistência como tema metodológico

Apoiada na metodologia Foucaultiana, teço algumas considerações sobre as relações de poder:

1. Os jogos de poder constituem todas as relações, são exercícios de tensão, ou ainda, correlação de forças.

2. Poder não é substantivo, ou seja, não é algo que se possa ter, porém que se faz no registro da ação – é verbo.

3. Exercício de poder não é dominação de um sujeito sobre outro, mas ação de um sobre a ação de outro.

4. Os sujeitos se posicionam em uma rede, estratégica e regional, por onde o poder vetorizado escoar.

Dizer que o poder é vetorial, é dizer que possui sentido, direção, alvo, para resumir, estratégia de ação – e, ao mesmo tempo, poder não é subjetivo, não há um sujeito do poder, mas jogos de forças que constituem (e são constituídos por) sujeitos. Pensar tal vetorização permite instituirmos no poder reversibilidade de ação, mobilidade entre pólos que podem se alternar no exercício de força e no exercício de resistência sendo que, como a Física Clássica demonstra, um pressupõe o outro. Ainda segundo os ditames desta disciplina, a vetorização e o próprio jogo são possíveis na medida em que haja um mínimo desequilíbrio entre as forças, propiciando movimento e tensão.

Deste modo, podemos supor uma face eminentemente instituinte da relação. Sabemos que quando duas ou mais forças agem sobre um corpo, este se movimenta de acordo com a somatória das forças e dos vetores nele envolvidos, é impossível determinar previamente qual será sua direção, porque se trata de uma direção-efeito da atuação destas múltiplas forças. Neste sentido, as relações não são apenas repressoras, mas produtoras de novos movimentos, ações, discursos, sujeitos, verdades, justificando nossa insistência, novas realidades. A resistência como dimensão instituinte, traz consigo o inédito e a positividade do poder, no sentido da produção de algo.

No momento que afirmo ser a resistência uma questão metodológica, quero com isso enfatizar sua importância estratégica no modo como concebo o objeto e o objetivo deste texto. O método é, antes de tudo, um modo de olhar que constitui seu objeto no momento em que lhe dirige luz. Voltarei a isto ainda algumas vezes no decorrer deste ensaio. Cabe ressaltar que não entendemos por "método" um instrumento ou procedimento replicável que nos levará a uma verdade absoluta, mas como uma estratégia que, ao articular alguns conceitos específicos, orienta nossa forma de pensar e constituir nosso objeto de estudo – um recorte, portanto.

### **3. Liberdade: uma questão prática**

Para evitar equívocos, cabe dizer que a resistência não é um "contra-poder", afinal, é justamente o que lhe dá existência, não é, portanto, exterior a ele. Se onde há poder, há resistência é porque se pressupõe neste jogo a liberdade de agir, característica da própria relação que, ao mesmo tempo, é constituída e constitui os sujeitos que a compõe. Volto a dizer que poder é ação sobre a ação, desta forma, operando sobre um campo de possibilidades de um ou mais sujeitos.

Como ilustração, trago a proposta de Elias Canetti (1960/1995), o jogo entre predador/gato e presa/rato: em sua caçada, quem nunca viu um gato brincando com um rato? Alternando momentos em que o segura e outros em que permite que ele se distancie. Tal jogo é imprevisível, quando se afasta ou até que não tenha seu corpo completamente preso, o rato pode correr, fugir, enganar, machucar, etc. É apenas quando (e se) o gato mata o rato, que o jogo cessa com o estabelecimento da dominação. Proponho este exemplo no esforço de uma analogia.

Foucault (em Dreyfus e Rabinow 1984/1995) conceitua a dominação como uma espécie de cristalização, ou melhor, bloqueio das relações de poder. Enquanto nestas últimas o outro (sobre o qual o poder se exerce) é um sujeito de ação, ou seja, carrega a potência de respostas, reações, invenções; na dominação ou violência seu corpo é alvo direto, acarretando submissão, destruição, acorrentamento físico. Neste sentido, a relação de violência opera em face à não-

liberdade do outro, entendendo a liberdade não como um universal – fim último que almejamos –, mas como prática, como possibilidade de agir, a rigor, nem que seja na escolha da própria morte.

Pensar a liberdade, com "L" minúsculo, implica a diferenciação entre o que Foucault (1984/2006c) denomina *processos de liberação e práticas de liberdade*, uma vez que os primeiros enfatizam as instâncias repressoras e a necessidade de liberar-se delas. Já a definição das *práticas de liberdade* é considerada mais essencial, porque remete ao problema candente do assujeitamento, da manutenção da relação e da resistência como exercício constante.

Termino este item como uma espécie de abertura de parênteses para remetê-los ao livro "História da Sexualidade I – a vontade de saber" (Foucault, 1971/2007), em que esta questão também se coloca por meio da *hipótese repressiva*. Esta, de forma bastante resumida, destaca o advento do capitalismo como responsável pela repressão das sexualidades, sobretudo aquelas que não tivessem em seu escopo a reprodução e a geração de mão-de-obra; sendo que, tal repressão visaria em última instância preservar a energia dos corpos para o trabalho. No entanto, a argumentação do livro segue no sentido de questionar tal hipótese, ampliando-a. Foucault insiste que esta explicação não é suficiente para elucidar os efeitos surpreendentes que estes procedimentos, apesar de manifestadamente repressivos, têm no discurso – quando se fala do sexo e de suas proibições, ainda que num confessional, acaba-se por disseminá-lo, espalhar a tal sexualidade "proibida".

#### **4. O intelectual resiste?**

Destaco, a seguir, alguns vieses da perspectiva Foucaultiana no que concerne ao lugar do pesquisador e da pesquisa. Em muitos de seus textos, apesar de remontarem ao passado distante, podemos identificar em Foucault uma grande preocupação com o atual. A pesquisa teria a função de fornecer instrumentos para a análise das questões enraizadas no presente. Assim, nossos trabalhos acadêmicos podem apresentar uma espécie de genealogia ou topografia das lutas que vivemos, dos regimes de verdade nos quais se fazem os discursos contemporâneos. Trata-se de operar nestes discursos, ou melhor, nestas práticas, certas fissuras, estranhamentos, perguntas.

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, proferida em 1970, Foucault (1970/2006a) centra sua análise nos procedimentos de controle (internos e externos) do discurso e de sua circulação. Os procedimentos internos referem-se ao modo como o discurso se organiza para que fique menos exposto ao acaso, são os princípios de: *comentário*, que consiste na repetição de discursos consagrados e tidos como legítimos; *autoria*, tomada dos discursos de autoridade como forma de legitimação; e *disciplina*, delimitação dos campos de conhecimento.

Já os procedimentos externos são aqueles que restringem os modos de dizer, definem os discursos e as verdades possíveis, através da *interdição* que limita o que pode ser dito e as pessoas que podem dizer, a *separação/rejeição*, por exemplo, na oposição sistemática operada entre razão e loucura que tem invalidado o discurso-louco e, por último, a *separação falso/verdadeiro*, expresso pela vontade de verdade, ou melhor, na busca por impor alguma regularidade aos fenômenos,

uma verdade em si à qual poderíamos chegar.

O último destes procedimentos refere-se à circulação dos discursos, a partir da criação de rituais para proferi-los (aulas, cultos religiosos, reuniões, etc.), comunidades discursivas e estabelecimento de doutrinas, isto tudo torna possível a apropriação social dos discursos legitimando-os e, com isso, produzindo neles efeitos de verdade.

Foucault considera o discurso como um conjunto de regras acionadas no ato da fala, a partir dos lugares ocupados por aqueles que o compõe. Assim, compreendemos discurso como acontecimento, ou ainda, como relação entre sujeitos e lugares a serem delegados e ocupados no ato do próprio discurso. Dizendo de outro modo, o discurso é, ao mesmo tempo, constituído por jogos de força e deles constituinte, "simultaneamente batalha e arma" (Foucault, 1961/2003, p.VIII).

Tomando esta análise como ponto de partida, mais especificamente, a existência de procedimentos reguladores do discurso que dêem a ele legitimação; se qualquer pessoa não pode dizer qualquer coisa em qualquer momento ou lugar, mas se a produção do discurso é em si ordenada; e, levando em conta que não há possibilidade de assumir uma posição exterior a esta ordem, mas que dela fazemos parte: pergunto-me qual seria hoje a função do intelectual, para quem a palavra<sup>3</sup> é muitas vezes o melhor, senão o único instrumento de ação.

No texto "Os intelectuais e o poder", Foucault e Deleuze convergem no que diz respeito à extemporaneidade de se dizer o verdadeiro aos que supostamente não lhe têm acesso, da convocação das massas às lutas, do desvelamento da ideologia. Ao contrário, talvez a função do intelectual seja justamente questionar as verdades, supor sua inexistência para operar lutas, produzir e explicitar fissuras.

O papel do intelectual não é mais o de se posicionar 'um pouco à frente e um pouco ao lado' para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso; na ordem do 'saber', da 'verdade', da 'consciência', do 'discurso'.

(Foucault e Deleuze, 1972/2006, p. 39)

Somos convocados a habitar e tensionar as relações em que fazemos e a partir das quais produzimos saber: em nossa relação com os arquivos, colegas, perguntas de pesquisa, sociedade, ou com a própria estrutura da Universidade e da produção acadêmica. Neste sentido, tal produção, tantas vezes dicotomicamente denominada teoria é, em si, prática, produz efeitos. A relação com o conhecimento se insere em um contexto permeado pela atuação de diversas forças postas em jogo. É preciso conhecê-las reconhecendo-se sujeito de ação, daí a importância do método na pesquisa.

Enquanto na maior parte das orientações teóricas o método é apenas instrumento de resolução ou verificação de um ou mais problemas, circunscrito em um capítulo específico, para Foucault ocupa posição fundamental e estratégica, porque configura não apenas os resultados, mas, sobretudo, as perguntas.

Se o método é estratégico e o conhecimento que se constitui a partir dele é perspectivo, parcial, provisório, a questão da produção de subjetividades ocupa lugar central na investida Foucaultiana. Não apenas o sujeito objetivado, mas também o sujeito pesquisador, político por definição, que constitui radicalmente a pesquisa em que se insere.

A palestra "O que é a Crítica?" (1978/2000), proferida por Foucault em 1978, traz a

definição de "crítica" como uma atitude específica da civilização ocidental moderna frente ao governo, entendido em seu sentido mais amplo, sobretudo, no que se refere às formas ou normas de subjetivação, aos modos de viver em uma determinada época. A crítica seria uma forma de resistir, de se opor, de desconfiar do conjunto de dispositivos que rege nossa conduta.

Assim, a crítica é um exercício de não aceitação do instituído, de questionamento das verdades e poderes que emergem como legítimos. Seria, pois, resistência às formas de submissão e de assujeitamento. A questão primeira desta "arte", assim Foucault a nomeia, é: como não ser governado? No entanto, admitindo a impossibilidade de escaparmos de toda servidão, a pergunta se desloca para: como não ser governado deste(s) jeito(s)?

A crítica é posta como uma decisão, uma atitude de não ser governado, que pretende historicizar o conhecimento, seus pressupostos, produções e limites, estabelecendo com os saberes relações de "maioridade", sendo livre para supor sua não existência, não eficácia, não legitimidade...

Trata-se, de fato, de se fazer nessa prática histórico-filosófica a sua própria história, de fabricar como que por ficção a história que será atravessada pela questão das relações entre as estruturas da racionalidade que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de sujeição que a eles estão ligados.

(Foucault, 1978/2000, p. 180)

Penso a crítica, portanto, como um modo estratégico do exercício intelectual, como resistência e, conforme o trecho anterior, como estética. No próximo capítulo, elucidarei melhor esta última relação.

## 5. Para terminar: uma estética

Um tema importante nos escritos Foucaultianos, sobretudo na década de 1980, é a busca por uma "estética da existência". *Estética* entendida como trabalho artístico, produção, lapidação de si de acordo com os preceitos éticos que regem as relações dos sujeitos, consigo e com os demais; ou, mais especificamente, naquilo que de si influencia e permite a relação com os outros. Deste modo, estética e ética são complementares e praticamente indiscerníveis, pois, convocam o *cuidado de si* (Foucault, 1984/2006c) como atitude eminentemente política.

Considero a ideia fundamental dessa *estética* sua constante necessidade de invenção, pautada, como não poderia deixar de ser, nos limites que um certo momento histórico impõe aos seus sujeitos. Invenção de outras relações e, se entendermos o sujeito como forma e não como essência, de outros modos de ser, de outras configurações subjetivas, de outras formas de viver. Sei que é possível entender esses limites que inquestionavelmente uma sociedade e suas instituições impõe, como pura restrição da liberdade dos sujeitos. No entanto – e por opção metodológica, quero insistir que enquanto restringem, balizam resistências, produzem.

Transformar-se em arte – criar e inovar como forma de gerenciamento da vida, da liberdade, das relações, das subjetivações – tornar possível, por exercício de insistência, aquilo que não o era: é isso que entendo por *estética da existência*. E, com um trocadilho barato, quis demorar-me na resistência como atitude crucial

para mantermos as relações tensionadas, evitando os estados de cristalização que tiram a possibilidade dos sujeitos agirem, fazendo-lhes meramente assujeitados.

Para terminar este que se pretendeu um ensaio, enfatizo a resistência como ética, como cuidado de si e dos outros, enfim, como obra de arte.

## Referências

Canetti, E. (1960) *Massa e poder*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

Foucault, M. (1984) O sujeito e o poder. In Dreyfus, H. e Rabinow, P. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

Foucault, M. (1978) O que é a crítica? (Crítica ou Aufklärung). In *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, v.9, n.1. Marília: UNESP, 2000, p. 169-189.

Foucault, M. (1961) *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

Foucault, M. (1970) *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006a.

Foucault, M. (1983) O uso dos prazeres e as técnicas de si. In *Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006b, p. 192-217.

Foucault, M. (1984) A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In *Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006c, p. 264-287.

Foucault, M. (1984) Uma estética da existência. In *Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006d, p. 288-293.

Foucault, M. (1976) *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2007.

Foucault, M. e Deleuze, G. (1972) Os intelectuais e o poder. In *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

Larrosa, J. A operação ensaio – sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In *Educação e Realidade*, v. 29, n.1. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2004, p. 27-43.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo - [dailzapineda@uol.com.br](mailto:dailzapineda@uol.com.br)

<sup>2</sup> Refiro-me à disciplina "Educação, poder e resistência" da Faculdade de Educação da USP, ministrada pela Profa Flávia Inês Schilling, a quem apresentei este trabalho ao final do curso em julho/09.

<sup>3</sup> Na definição de discurso como acontecimento, Foucault não limita o discurso à palavra, mas faz desta uma forma de discursar, de assumir e atribuir posições, de veicular e produzir verdades, de constituir sujeitos.